

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE ó CMDCA ó
BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

EDITAL Nº 005/2010

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA de Balneário Camboriú no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.033/91, COMUNICA a todas as entidades governamentais e não-governamentais, regularmente constituídas no Município de Balneário Camboriú que a Petrobrás ó Empresa Brasileira de Petróleo, informa às entidades governamentais e não-governamentais do Município de Balneário Camboriú, que desenvolvem atividades de promoção, defesa e/ou garantias dos direitos constitucionais e legais de crianças e adolescentes, da abertura do processo de **Inscrição e Seleção Pública de Projetos**, com base na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA ó Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Seção II ó art. 9º, IV,

V e VI, e art. 13, cujo programa atenda aos seguintes requisitos:

1. APRESENTAÇÃO

O projeto deve ser claro e objetivo, com base na situação da criança e do adolescente, os dados de seu município, considerando:

- a) Os resultados esperados;
- b) O valor do projeto previsto;
- c) A área de abrangência;
- d) A população de crianças e adolescentes;
- e) Atendimentos diretos e indiretos.

1.1 O projeto deverá ser acompanhado dos anexos constantes deste Edital, devidamente preenchidos, apresentando-o junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com as páginas numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável técnico e presidente da Entidade, devendo ainda, ser informado o endereço discriminando o espaço físico em que será executado o programa.

2. REQUISITOS ELIMINATÓRIOS

2.1 As Entidades que concorrerem nesta Seleção de Projetos para estarem aptas a executar o programa, deverão obrigatoriamente, apresentar os seguintes documentos:

- a) Estatuto Social;
- b) Cópia da ata de posse da atual diretoria;
- c) Cópia do CPF e RG do representante legal da instituição;
*em caso de impedimento do representante legal em assinar o instrumento jurídico, encaminhar o documento que estabeleça competência do substituto para firmar instrumento jurídico pela instituição. Anexar cópia de RG e CPF.
- d) Cópia do CNPJ;
- e) Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- f) Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- g) Certidão negativa de débitos fiscais estaduais;

- h) Certidão negativa de débitos fiscais municipais;
- i) Certificado de regularidade do FGTS ó CRF;
- j) Documento de chancela do projeto, contendo os dados da proposta e da instituição;
- k) Comprovação do registro no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3. ENCAMINHAMENTO

Os projetos deverão ser Protocolados na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social na Rua 2000, n.º 1380, Bairro Centro, Balneário Camboriú, no horário das 13h. às 18h., endereçados à Presidente do CMDCA.

4. OBJETIVO

As propostas devem estar alinhadas no mínimo a uma das ações definidas na Resolução nº137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA, abaixo transcritas:

- a) Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a três (3) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos d criança e do adolescente;
- b) Acolhimento sob forma de guarda, de criança e adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227 §3º, VI da CF e do art. 260 §2º da Lei nº 8.069 de 1990, observados s diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária;
- c) Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;
- d) Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada do operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- e) Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;
- f) Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

5. AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

5.1 Os projetos serão avaliados por uma comissão específica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ó CMDCA, composta por Conselheiros Governamentais e Não-Governamentais, sendo que estes devem ser representantes de entidades que não recebam recursos do FMDCA do CMDCA, designados para este fim.

6. DOS DOCUMENTOS

6.1 O convênio será assinado entre o Município de Balneário Camboriú, com a interveniência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ó CMDCA, a Instituição Executora do Projeto e Petrobrás, de acordo com o que determina a legislação vigente.

6.2 Considerando a exiguidade de prazos, os documentos para conveniamento devem vir anexados ao projeto apresentado, atualizados.

6.3 A entidade proponente do projeto deverá apresentar o projeto nos moldes exigidos pela Petrobrás, juntamente com os documentos exigidos, conforme anexo deste Edital.

6.4 Em caso de falta de algum dos documentos mencionados no item 2.1, a entidade será eliminada e considerada inabilitada para firmar e executar o projeto apresentado.

7. CRONOGRAMA

Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

a) publicação do Edital em 09.09.2010;

b) de 09.09.2010 até 30.09.2010 ó Protocolo dos projetos na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, endereçados à Presidente do CMDCA;

* As Entidades que desejarem poderão tirar suas dúvidas com a Assessoria Jurídica Voluntária do CMDCA, no dia 16.09.2010, das 9hs as 12hs e das 14hs as 18hs, junto a sede da OAB/SC - Balneário Camboriú situada na Rua 916 nr. 612, centro, Baln. Camboriú SC.

b) 01.10.2010 a 05.10.2010 ó Análise e julgamento dos projetos;

c) 20.10.2010 ó Encaminhamento do projeto aprovado para a PETROBRÁS;

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Deverá obedecer às normas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ó FMDCA e do TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Município de Balneário Camboriú/FMDCA e PETROBRÁS e a ENTIDADE EXECUTORA.

8.2 Deverá ser enviado mensalmente relatório dos atendimentos durante toda a execução do projeto, dirigido ao CMDCA.

9. INFORMAÇÕES GERAIS

9.1 Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital gerará a exclusão do projeto.

9.2 Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social ó **Fone 3363-2745**.

Balneário Camboriú, 09 de setembro de 2010.

Raquel Testoni
Presidente do CMDCA

ANEXOS:

1. Roteiro para apresentação do projeto;
2. Cronograma físico financeiro
3. Cronograma de atividades (10 meses);
4. Formulário para cadastro.